



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 35ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - Reuniões de Comissões

2 - ORDEM DO DIA

- 2.1 - Comissão

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE

6 - MANIFESTAÇÕES

7 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

8 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/5/2014

Presidência das Deputadas Liza Prado e Luzia Ferreira

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 5.201 a 5.205/2014 - Requerimentos n°s 7.901 a 7.912/2014 - Comunicações: Comunicações do deputado Dalmo Ribeiro Silva (2) - Interrupção e Reabertura dos Trabalhos Ordinários - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Ivair Nogueira - Neider Moreira - Agostinho Patrus Filho - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Carlos Henrique - Célio Moreira - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gustavo Perrella - Hélio Gomes - João Leite - João Vítor Xavier - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Wander Borges.

Abertura

A presidente (deputada Liza Prado) - Às 14h1min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O deputado João Leite, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O deputado Durval Ângelo, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Adivar Geraldo Barbosa, presidente da Câmara Municipal de Congonhas, encaminhando cópia de moção de repúdio, aprovada em reunião dessa Casa, pela alteração do nome do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo (SP). (- À Comissão de Transporte.)

Da Sra. Ana Lúcia Almeida Gazzola, secretária de Educação, e do Sr. Evando José Neiva, presidente da Conspiração Mineira pela Educação, informando esta Casa do adiamento da II Feira das Profissões. (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. André Merlo, secretário de Agricultura (3), prestando informações relativas aos Requerimentos n°s 6.729, 6.795 e 6.798/2013, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Antonio Carneiro da Silva, juiz diretor do Foro da Justiça de Primeira Instância, prestando informações relativas ao Requerimento n° 7.269/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Carlos André Mariani Bittencourt, procurador-geral de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento n° 3.823/2012, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Carlos Samuel Borges Cunha, promotor de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento n° 5.665/2013, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Cel. BM Ivan Gamaliel Pinto, comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar, prestando informações relativas ao Requerimento n° 7.285/2014, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Cícero Araújo, diretor de Relações Institucionais do Itaú Unibanco, prestando informações relativas ao Requerimento n° 7.330/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Clélia Brandão Alvarenga Craveiro, secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (substituta) do Ministério da Educação, prestando informações relativas ao Requerimento n° 6.794/2013, da Comissão de Participação Popular.

De D. Walmor Oliveira de Azevedo, arcebispo metropolitano de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão da Pessoa com Deficiência encaminhado por meio do Ofício n° 862/2014/SGM.

Do Sr. Éderson Mantoan Zoratto, coordenador de Parcerias Estaduais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (2), informando a celebração de convênios entre esse conselho e a Fapemig. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Eduardo Bernis, secretário de Trabalho, prestando informações relativas aos Requerimentos n°s 6.698 e 6.712/2013, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Elisa Smaneoto, diretora de Gestão Interna do Gabinete Pessoal da Presidenta da República, prestando informações relativas ao Requerimento n° 7.475/2014, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Flexa Ribeiro, senador da República, convidando para o lançamento do livro *Casas legislativas - O Congresso Nacional e as assembleias estaduais*, no dia 7/5/2014, durante a XVIII Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais.

Do Sr. Frederico Henriques Figueiredo Coura Ferreira, prefeito municipal de Dionísio, solicitando apoio desta Casa para viabilizar a doação ao município do terreno que menciona. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Glacialdo de Souza Ferreira, prefeito municipal de Esmeraldas, prestando informações relativas ao Projeto de Lei n° 4.957/2014, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Do Sr. Guilherme Heringer de Carvalho Rocha, promotor de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento n° 7.414/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Hélio Augusto Martins Rabelo, subsecretário de Trabalho e Emprego, prestando informações relativas ao Requerimento n° 6.703/2013, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Henrique Antônio dos Santos Nunes, subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Pesca e Aquicultura, informando a celebração de convênio entre esse órgão e o Instituto Mineiro de Agropecuária. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Horácio Figueiredo, chefe de gabinete da Agência Nacional de Águas, prestando informações relativas ao Requerimento n° 7.430/2014, do deputado Pompílio Canavez.

Do Sr. Humberto Lucchesi de Carvalho, presidente da Comissão de Articulação e Acesso ao CNJ da OAB-MG, manifestando o reconhecimento dessa entidade pela realização nesta Casa, a requerimento da Comissão de Direitos Humanos, de audiência pública para debater a implementação da Lei Federal n° 12.527, de 2011 – Lei de Acesso à Informação. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. Jair Domingos Gonçalves, chefe de gabinete da ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, prestando informações relativas ao Requerimento n° 7.246/2014, da deputada Liza Prado.

Da Sra. Janaina de Andrade Dauro, promotora de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento n° 7.328/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. João Carlos Giroto, chefe da Delegacia de Polícia Federal de Varginha, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Segurança Pública encaminhado por meio do Ofício n° 851/2014/SGM.

Do Sr. José Elcio Santos Monteze, diretor-geral do DER-MG (2), prestando informações relativas aos Requerimentos n°s 7.164/2014, do deputado Anselmo José Domingos, e 7.248/2014, do deputado Hélio Gomes.

Do Sr. Josué Costa Valadão, secretário municipal de Governo de Belo Horizonte (2), prestando informações relativas aos Requerimentos n°s 6.532/2013 e 7.432/2014, do deputado Anselmo José Domingos.

Da Sra. Karla Crosara Ikuma Rezende, gerente de Universalização e Ampliação do Acesso da Anatel, prestando informações relativas ao Requerimento n° 7.155/2014, da Comissão de Assuntos Municipais.

Do Sr. Leandro Guerra, relações institucionais da TIM, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Defesa do Consumidor encaminhado por meio do Ofício n° 856/2014/SGM.

Do Sr. Leonardo Vieira Rocha Damasceno, juiz de direito da Comarca de Salinas, prestando informações relativas ao Requerimento n° 7.299/2014, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Marcos Antônio Borges, executivo de relações institucionais da Oi Minas Gerais, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão de Assuntos Municipais encaminhado por meio do Ofício n° 823/2014/SGM.

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil (4), prestando informações relativas aos Requerimentos n°s 5.653/2013 e 7.483/2014, da Comissão de Segurança Pública, 6.664/2013, da Comissão de Participação Popular, e 7.092/2014, das Comissões de Direitos Humanos e de Transporte.



Da Sra. Maria do Carmo Araujo Prieto, prefeita municipal de Cajuri, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.989/2014, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Da Sra. Maria Elmira de Amaral Dick, promotora de justiça, encaminhando cópia do relatório que decide pelo arquivamento do Inquérito Civil 0024.05.000.050-4, no qual esta Assembleia figura como parte interessada. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Raimundo Benoni Franco, secretário de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.909/2013, da Comissão de Meio Ambiente.

Da Sra. Renata Vilhena, secretária de Planejamento, encaminhando relatório elaborado pela Secretaria de Transportes, contendo a relação de obras realizadas pelo Estado. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Robson de Souza Bittencourt, presidente da Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais, solicitando a intercessão desta Casa junto à Câmara dos Deputados para que o Projeto de Lei nº 4.434/2008 seja colocado em ordem do dia para votação. (- À Comissão do Trabalho.)

Do Sr. Ronaldo Antônio Zica da Costa, prefeito municipal de Dores do Indaiá, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.820/2013, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Do Sr. Thiago Souza Sabino, presidente da Câmara Municipal de Além Paraíba, encaminhando cópia de moção de sua autoria, aprovada por essa câmara, por meio da qual se congratula com o presidente desta Assembleia Legislativa pela realização da reunião solene destinada à posse do governador Alberto Pinto Coelho.

Do Sr. Wander da Costa Ribeiro, presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça Avaliadores do Estado de Minas Gerais, expondo os fatos que levaram a categoria a entrar em estado de greve, preparatório para uma greve iminente. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. Wander Marotta, desembargador do Tribunal de Justiça, enviando a segunda via do mandado de injunção impetrado por Célia Maria de Oliveira Fulgêncio e outros, além de cópia da decisão exarada nos autos do referido processo, a fim de que esta Assembleia possa prestar as informações que julgar necessárias.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

A presidente - A presidência passa a receber proposições.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 5.201/2014

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Campestre o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Campestre, o imóvel de propriedade da extinta Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, situado no mesmo município, à Rua Cel. José Custódio, constituído pela área de 390,00m² (trezentos e noventa metros quadrados), confrontando pela frente, com a referida rua; por um dos lados, com Cezarino Firmo; pelo outro lado, com Antônio de Paula Souza; e pelos fundos, com sucessores de José Salustiano de Loiola ou quem de direito.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de maio de 2014.

Agostinho Patrus Filho

Justificação: O Município de Campestre já é há tempos merecedor da benfeitoria do porte da que trata este projeto de lei. A referida doação tem como escopo a efetivação e eventual ampliação da sede de Prefeitura Municipal de Campestre.

Ocorre, de fato, que o imóvel em comento já é utilizado pelo Município de Campestre desde o ano de 2006, como sede da prefeitura, e o que se requer por meio desta proposição é a confirmação do imóvel como sede. Tal fato ainda é corroborado por certidão assinada pelo tabelião da Comarca de Campestre, na qual se verifica que a edificação já contém benfeitorias com área construída de 375,5m², de uma área total de 390,00m².

Tendo em vista o relevante interesse público envolvido, contamos com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Rômulo Veneroso. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.048/2011, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.202/2014

Declara de utilidade pública a Associação Guiemos Kalóns, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Guiemos Kalóns, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de maio de 2014.

Antônio Carlos Arantes

Justificação: A Associação Guiemos Kalóns, fundada em 29 de maio de 2011, é uma entidade sem fins lucrativos e com prazo indeterminado de duração.

A associação tem por finalidades: criar atividades socioculturais e de cidadania relacionadas com os ciganos e com a associação; promover eventos culturais e de integração social entre ciganos e não ciganos; promover a cooperação e o intercâmbio nacional e internacional entre entidades e instrutores de atividades culturais; realizar projetos, atividades e manifestações culturais, entre outras.

Além disso, apresenta os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual solicitamos a aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.203/2014

Declara de utilidade pública a Sociedade Protetora dos Animais de Betim - Spab -, com sede no Município de Betim.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Protetora dos Animais de Betim - Spab -, com sede no Município de Betim.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de maio de 2014.

Rômulo Veneroso

Justificação: A Sociedade Protetora dos Animais de Betim, constituída em 15 de dezembro de 2001, é uma associação sem fins lucrativos, que tem como principais objetivos: proporcionar aos animais abandonados condições de abrigo, alimentação adequada, assistência à saúde e reintegração à comunidade; propor e defender políticas públicas na defesa dos direitos dos animais contra a prática do extermínio; colaborar com os órgãos e entidades públicas de promoção do bem-estar dos animais domésticos, cativos e silvestres; manter em conjunto com o poder público municipal, estadual e federal programas de prevenção contra doenças transmissíveis por animais; desenvolver, planejar e implementar políticas básicas que promovam a harmonia entre o homem e o animal; desenvolver campanhas públicas, atividades culturais e educacionais com vistas à formação de uma consciência de respeito ambiental na população.

Enfim, a Spab tem uma atuação voltada para o bem-estar dos animais e sua boa convivência com a sociedade, sempre buscando conscientizar a população da importância de se respeitar os direitos dos animais.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Meio Ambiente, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.204/2014

Dá denominação a escola estadual localizada no Município de Fronteira.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominada Escola Estadual Professor José Garcia a escola estadual a ser inaugurada no Bairro Vila Reis, no Município de Fronteira.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 8 de maio de 2014.

Zé Maia

Justificação: A lei determina que, para denominação de estabelecimentos, instituições e próprios do Estado, só podem ser escolhidos nomes de pessoas falecidas que se tenham destacado por notórias qualidades e relevantes serviços prestados à coletividade. O preceito legal foi respeitado na apresentação deste projeto de lei, que homenageia o Professor José Garcia.

José Garcia nasceu na Ilha de Marajó (PA), em 18 de novembro de 1901, onde viveu sua infância e juventude e serviu à cavalaria do Exército.

Em meados de 1928, mudou-se para a região do pontal do Triângulo Mineiro, onde está localizado o Município de Fronteira. Na época não havia escolas na região. Ele, sempre muito dedicado aos estudos, começou a alfabetizar com muito carinho e paciência crianças, jovens e adultos da região em salas improvisadas nos cômodos das antigas fazendas. Permanecia de seis meses a um ano em cada fazenda da região fazendo esse trabalho de forma solidária e dinâmica.

Em 1929, instalou-se na Fazenda Ressaca, no Município de Frutal. Casou-se com Divina de Paula Assunção, com quem teve oito filhos, vinte e nove netos, quarenta e sete bisnetos e oito tataranetos.

José Garcia, além dos ensinamentos pedagógicos, bordava tela artesanal e tocava viola, alegrando encontros familiares e de amigos, sendo muito querido por todos.

Em meados de 1946, mudou-se com sua família para o Município de Fronteira, onde construiu a primeira casa de alvenaria do Bairro Vila Arruda, preservada até hoje com sua arquitetura original. Anos depois abriu uma sorveteria e um armazém no município.

José Garcia faleceu em 26 de janeiro de 1976, deixando bons ensinamentos, lembranças e saudades aos seus familiares e pessoas da comunidade.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.205/2014

Dá nova redação à Lei nº 18.707, de 7 de janeiro de 2010.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O art. 2º da Lei nº 18.707, de 7 de janeiro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de dez anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.”.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Sala das Reuniões, 8 de maio de 2014.

Sávio Souza Cruz

Justificação: Tendo em vista estar em via de vencer o prazo estipulado para uso do imóvel e, considerando a importância da doação para a Uemg, entende-se necessário estender o referido prazo, de forma a proporcionar à universidade a efetivação da destinação prevista.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 7.901/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 54º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 3/5/2014, em Ituiutaba, que resultou na prisão de dois homens e na apreensão de grande quantidade de drogas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 7.902/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 49º Batalhão de Polícia Militar, pela idealização de uma nova ferramenta para auxiliar a Polícia Militar, por meio da confecção de mapas que mostram a exata localização das residências dos autores de delitos na região de Venda Nova, detalhados por natureza de crimes, para um melhor patrulhamento; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 7.903/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 8ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 5/5/2014, em Esmeraldas, que resultou na desativação de um laboratório de refino de cocaína, na apreensão de armas, drogas e produtos químicos e na prisão de três pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 7.904/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 26ª Companhia Independente de Polícia Militar, pelos relevantes serviços prestados; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares.

Nº 7.905/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 54º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 3/5/2014, em Ituiutaba, que resultou na prisão de dois homens e na apreensão de dois menores, de drogas e uma balança de precisão; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 7.906/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 4ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito e no 47º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 7/5/2014, em Carangola, que resultou na prisão de quatro pessoas e na apreensão de R\$200.000,00; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 7.907/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 55º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 6/5/2014, em Pirapora, na qual apreenderam três quilos de *crack* e prenderam dois homens; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 7.908/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 4ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 7/5/2014, em Frutal, na qual desbarataram uma quadrilha de assaltantes de bancos e apreenderam um revólver, drogas, uma balança de precisão, uma alavanca de ferro e artefato explosivo; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 7.909/2014, do deputado Leonídio Bouças, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a instalação de uma unidade do Corpo de Bombeiros em Iturama. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 7.910/2014, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao Comando-Geral da PMMG pedido de informações, consubstanciadas em cópia de documentos pertinentes, sobre a Guarda Rural Indígena e o Centro de Recuperação dos Krenak, em Resplendor, e o Centro de Recuperação da Fazenda Guarany, em Carmésia, a serem utilizados pela Comissão da Verdade de Minas Gerais, em virtude de diversas denúncias de violação de direitos humanos da população indígena; e as notas taquigráficas da 9ª Reunião Extraordinária dessa comissão.

Nº 7.911/2014, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Superintendência de Museus e Artes Visuais da Secretaria de Cultura pedido de informações, consubstanciadas em cópia de documentos pertinentes, sobre a Guarda Rural Indígena e o Centro de Recuperação dos Krenak, em Resplendor, e o Centro de Recuperação da Fazenda Guarany, em Carmésia, a serem utilizados, em especial, pela Comissão da Verdade de Minas Gerais, em virtude das denúncias de violações aos direitos humanos da população indígena; e as notas taquigráficas da 9ª Reunião Extraordinária dessa comissão. (- Distribuídos à Mesa da Assembleia.)

Nº 7.912/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com Noemi Zeraick Monteiro e com Dulcineia Aparecida de Carvalho, respectivamente aluna e diretora da Escola Estadual Ana Dantas Motta, em Carvalhos, pela conquista da 5ª medalha de ouro na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, estendendo-se o voto a toda a equipe. (- À Comissão de Educação.)



Comunicações

- São também encaminhadas à presidência comunicações do deputado Dalmo Ribeiro Silva (2).

Interrupção dos Trabalhos Ordinários

A presidente - Aproveitamos o momento para cumprimentar o presidente desta Casa, deputado Dinis Pinheiro, pela passagem de seu aniversário hoje.

A presidência, nos termos do § 1º do art. 22 do Regimento Interno, interrompe os trabalhos ordinários para a realização do ciclo de debates Enfrentamento do Tráfico de Pessoas em Minas Gerais.

- A ata desse evento será publicada em outra edição.

Reabertura dos Trabalhos Ordinários

A presidente (deputada Luzia Ferreira) - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Encerramento

A presidente - A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/5/2014

Às 13h45min, comparece na Sala das Comissões o deputado Duarte Bechir, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do inciso III do art. 120 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata, considera-a aprovada e solicita aos deputados presentes que a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a debater o financiamento e as condições de funcionamento das Apaes na circunscrição do Conselho Regional Centro-Oeste II, vinculado à Federação das Apaes-MG. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Cláudia Assunção Faria, gerente da Rede de Proteção Social Básica e Especial, representando os Srs. Antônio Júlio de Faria, prefeito municipal de Pará de Minas, e Geraldo Magela de Almeida, vice-prefeito e secretário municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Pará de Minas; Tânia de Moura Morato Resende, superintendente regional de Ensino de Pará de Minas, representando a Sra. Ana Lúcia Almeida Gazzola, secretária de Estado de Educação; Marli Helena Duarte Silva, conselheira regional das Apaes Centro-Oeste II – Pará de Minas; Sílvia Lima, vice-presidente da Apae de Pará de Minas; Eni Silveira, mãe de aluno da Apae de Pará de Minas; Pauliana Rodrigues Bento, aluna da Apae de Pará de Minas; e Mariana Fiorawante Barbosa, gerente do Centro Especializado em Reabilitação; e os Srs. Marcílio Magela de Souza, presidente da Câmara Municipal de Pará de Minas; Júlio César dos Santos, diretor da Regional Sedese de Divinópolis, representando o Sr. Eduardo Prates Octaviani Bernis, secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social; Jarbas Feldner de Barros, consultor técnico da Federação das Apaes de Minas Gerais; e Délio Alves Ferreira, assessor do deputado Inácio Franco, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, faz uso da palavra, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2014.

Duarte Bechir, presidente – Maria Tereza Lara.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/5/2014

Às 15h39min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Maria Tereza Lara (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da Liderança do Bloco Minas Sem Censura) e os deputados Fred Costa (substituindo a deputada Luzia Ferreira, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado) e Rogério Correia (substituindo o deputado Pompílio Canavez, por indicação da Liderança do Bloco Minas Sem Censura), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a greve dos trabalhadores da Rede Municipal de Ensino de Betim, iniciada em 15/4/2014, a apreciar a matéria constante da pauta e a deliberar sobre proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no Diário do Legislativo nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Ione Tereza Arruda Mendes Helmann, superintendente de Administração e Finanças da Anatel (3/4/2014), e Alessandra Cristina Azevedo Cardoso, chefe de gabinete do Ministério das Comunicações (17/4/2014), e dos Srs. Josué Costa Valadão (2), secretário municipal de Governo de Belo Horizonte (29/3/2014 e 17/4/2014), Saulo Morais de Castro, prefeito municipal de Catas Altas (5/4/2014), e Paulo César Vicente de Lima, promotor de justiça da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (17/4/2014). A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Denise de Paula Romano, diretora da Subsede Betim, representando o Sr. Luiz Fernando de Souza Oliveira, coordenador-geral do SindUTE, e Beatriz Cerqueira, presidente da CUT-MG, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.608 a 7.611 e 7.720 a



7.722/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 9.854/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião desta comissão para debater, em audiência pública, a greve dos trabalhadores dos serviços públicos municipais de Belo Horizonte.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 2014.

Paulo Lamac, presidente.



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 13/5/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 12 de maio de 2014, destinada a homenagear o *Jornal da Cidade*.

Palácio da Inconfidência, 9 de maio de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

Nos termos regimentais, convoco os deputados Braulio Braz, Almir Paraca, Dalmo Ribeiro Silva e Gil Pereira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/5/2014, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, o Requerimento nº 7.786/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 9 de maio de 2014.

Gustavo Perrella, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio, Lafayette de Andrada e Leonardo Moreira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/5/2014, às 10 horas, no Salão Nobre, com a presença de convidados, para debater as medidas de segurança a serem adotadas por ocasião da Copa do Mundo no Estado, para discutir e votar pareceres de redação final e para discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 9 de maio de 2014.

João Leite, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os deputados Rômulo Viegas, Rogério Correia, Sebastião Costa e Zé Maia, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/5/2014, às 9h30min, no Município de Bocaiuva, com a finalidade de debater, em audiência pública, a situação de famílias assentadas pelo Incra no assentamento Herbert de Souza, mais conhecido como P.A. Betinho, no Distrito de Engenheiro Dolabela, nesse município, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 9 de maio de 2014.

Durval Ângelo, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.427/2013

**Comissão de Saúde
Relatório**

Por meio da Mensagem nº 522/2013, o governador do Estado encaminhou a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 4.427/2013, que dispõe sobre a organização e as atribuições do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais.

A Comissão de Constituição e Justiça apreciou preliminarmente a proposição e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem, agora, a matéria a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, XI, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise institui o Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais – CES-MG.

Nos termos constantes na mensagem do governador, a matéria tratada na proposição já foi objeto de regulamentação pelo Poder Executivo Estadual através do Decreto nº 45.559, de 2011, mas, em razão de sua relevância, a Resolução nº 453, de 10/5/2012, do Conselho Nacional de Saúde, e a Lei Federal nº 8.142, de 28/12/1990, determinaram que os conselhos de saúde fossem instituídos no âmbito de cada ente da Federação por lei específica, observadas as normas nacionais.

Os conselhos são instrumentos de controle social, por meio dos quais se dá a participação dos diversos segmentos da sociedade, ao lado do governo, no acompanhamento e na definição de políticas públicas. Assim, os conselhos são instituições que exercem um papel importante no fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação dessas políticas.

Os conselhos de saúde foram instituídos pela Lei Federal nº 8.142, de 28/12/1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS. Essa norma estabelece que o SUS contará com um conselho de saúde em cada esfera de governo. Além disso, define o conselho como órgão colegiado, de caráter permanente e deliberativo, composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, que deve atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros. Estabelece ainda que as decisões do conselho serão homologadas pelo chefe do Poder legalmente constituído em cada esfera do governo.

A Comissão de Constituição e Justiça, em sua análise preliminar, sugeriu algumas alterações no projeto em comento com a finalidade de adequar o texto à técnica legislativa. Essas sugestões foram aglutinadas no Substitutivo nº 1, que apresentou. Entre as alterações propostas está o acréscimo dos incisos VI e XI a XIV ao art. 2º, que trata das atribuições e enumera as competências do CES, observando sua missão de deliberação, fiscalização, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas de saúde. Esses novos incisos trazem atribuições importantes do CES já prescritas na diretriz 5ª da Resolução nº 453, de 2012, do Conselho Nacional de Saúde.

Outra alteração sugerida no substitutivo foi a ampliação do âmbito de fiscalização do conselho. O inciso III do art. 2º da proposição atribui ao CES competência para “acompanhar e fiscalizar a movimentação dos recursos financeiros do SUS depositados em conta especial do Fundo Especial de Saúde”. Entretanto, conforme dispõe o art. 33 da Lei nº 8.080, de 19/9/1990, cabe ao conselho de saúde fiscalizar todos os recursos financeiros do SUS, e não, apenas os depositados em conta especial do Fundo Estadual de Saúde.

Além disso, o substitutivo apresentado acrescenta o § 1º ao art. 3º, estabelecendo que o secretário de Estado de Saúde é um membro nato do conselho.

Por fim, propôs-se no substitutivo o acréscimo do § 2º ao art. 5º, a fim de tornar mais clara a organização da Mesa Diretora, estabelecendo que o presidente do conselho será escolhido entre os membros que a integram.

Estamos de acordo com a linha geral do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça. Entretanto, para subsidiar a análise do projeto de lei em estudo, a Comissão de Saúde realizou audiência pública com a participação de representantes de entidades da área da saúde, ocasião em que ficou clara a necessidade de aprimorar o substitutivo apresentado pela comissão que nos precedeu.

Uma das sugestões colhidas na audiência foi a redução de nove para oito do número de componentes da Mesa Diretora do CES, a fim de reproduzir a paridade estabelecida para o plenário do conselho, o que só seria possível com um número par de integrantes. Outra sugestão de alteração foi a de que o presidente do conselho seja escolhido, em plenário, entre os membros que integram a Mesa Diretora. E houve ainda sugestão para que se alterasse o § 2º do art. 6º, que trata da definição de deslocamento eventual. A sugestão foi retirar o termo eventual, pois, no exercício da função de conselheiro em um estado de grandes proporções, o deslocamento é uma constante, e não, uma atividade esporádica.

Outra alteração incorporada nas emendas, por sugestão do relator do projeto, é a indicação das entidades e órgãos que compõem o CES, para que a composição do conselho seja mais democrática.

Para introduzir tais alterações no texto, apresentamos ao final deste parecer as Emendas nºs 1 a 6 ao substitutivo apresentado.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.427/2013 no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 a 6, a seguir apresentadas.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao inciso I do art. 2º do Substitutivo nº 1 a seguinte redação:



"Art. 2º - (...)

I – atuar na formulação e no controle da execução da Política Estadual de Saúde, incluindo seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a aplicação dessa Política nos setores público e privado;"

EMENDA Nº 2

Acrescentem-se ao art. 3º do Substitutivo nº 1 os seguintes §§ 8º a 10:

"Art. 3º - (...)

§ 8º – O CES, observado o disposto nos incisos I a III do *caput* e em seu regulamento, será composto preferencialmente por representantes:

I – do poder público e de prestadores de serviços de saúde no SUS, sendo:

- a) um representante da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene;
- b) um representante da Associação dos Hospitais de Minas Gerais;
- c) um representante da Associação dos Hospitais Filantrópicos de Minas Gerais;
- d) um representante do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde de Minas Gerais;
- e) um representante da Associação Mineira de Municípios;
- f) um representante do Colegiado de Secretários Executivos dos Consórcios Intermunicipais de Saúde de Minas Gerais;
- g) um representante do Ministério da Saúde;
- h) um representante da Secretaria de Estado de Educação;
- i) um representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- j) um representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão;
- k) um representante da Secretaria de Estado de Saúde;
- l) um representante da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social;
- m) um representante da Fundação Ezequiel Dias;

II – de entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde, sendo:

- a) um representante da Associação Médica de Minas Gerais;
- b) um representante da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais;
- c) um representante do Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais;
- d) um representante do Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais;
- e) um representante do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais;
- f) um representante do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais;
- g) um representante do Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais;
- h) um representante do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais;
- i) um representante da Federação dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde no Estado de Minas Gerais;
- j) um representante do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais;
- k) um representante do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais;
- l) um representante do Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social, Saúde, Previdência, Trabalho e Assistência Social em Minas Gerais;

m) um representante do Conselho Regional de Nutrição de Minas Gerais;

III – de entidades e movimentos representativos de usuários do SUS, sendo:

- a) dois representantes da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental;
- b) dois representantes da União Geral dos Trabalhadores;
- c) dois representantes da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Leste 2;
- d) um representante da Central Única dos Trabalhadores;
- e) dois representantes da Federação das Associações de Deficientes do Estado de Minas Gerais;
- f) dois representantes da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais;
- g) dois representantes da Federação das Associações de Moradores do Estado de Minas Gerais;
- h) dois representantes da Federação dos Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais;
- i) dois representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais;
- j) dois representantes do Movimento das Donas de Casa de Minas Gerais;
- k) dois representantes da Rede Feminista de Saúde;
- l) um representante do Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais;
- m) um representante da tribo indígena mais populosa de Minas Gerais;
- n) dois representantes do Centro de Referência da Cultura Negra;
- o) um representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.

§ 9º – A inclusão e a exclusão do CES de órgãos e entidades serão realizadas nos termos de regulamento.

§ 10 – Haverá troca de representação de conselheiros e de entidades caso haja faltas injustificadas em três reuniões seguidas ou em cinco reuniões intercaladas durante o ano em curso.”

EMENDA Nº 3

Substitua-se, no inciso I do art. 3º do Substitutivo nº 1, a expressão “de governo” por “do poder público”.

**EMENDA Nº 4**

Suprima-se o § 2º do art. 4º do Substitutivo nº 1, passando o § 1º a ser parágrafo único.

EMENDA Nº 5

Dê-se ao *caput* e ao § 2º do art. 5º do Substitutivo nº 1 a seguinte redação:

"Art. 5º – O CES será dirigido administrativamente por uma Mesa Diretora, composta pelo Secretário de Estado de Saúde e por sete membros eleitos de forma paritária entre os segmentos que compõem o seu plenário, nos termos de seu Regimento Interno.

(...)

§ 2º – O Presidente do CES será escolhido, em plenário, entre os membros que integram a Mesa Diretora."

EMENDA Nº 6

Suprimam-se os §§ 1º e 2º do art. 6º do Substitutivo nº 1, e acrescente-se ao mesmo artigo o seguinte parágrafo único:

"Art. 6º – (...)

Parágrafo único – As despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação dos membros do CES em função do exercício das atividades de conselheiro em município diverso do de sua residência, devidamente comprovadas e justificadas, serão custeadas pela SES ou outro órgão que venha a substituí-la."

Sala das Comissões, 7 de maio de 2014.

Carlos Mosconi, presidente - Arlen Santiago, relator - Pompílio Canavez.

**COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO PRESIDENTE****COMUNICAÇÕES**

- O presidente despachou, em 8/5/2014, as seguintes comunicações:

Do deputado Dalmo Ribeiro Silva em que notifica o falecimento do Sr. Benedito Pereira dos Santos, ex-prefeito municipal de Itajubá, ocorrido nesse município. (- Ciente. Oficie-se.)

Do deputado Dalmo Ribeiro Silva em que notifica o falecimento da Sra. Maria do Carmo Salgueiro Miguel, ocorrido no dia 8/5/2014, em Ribeirão Preto (SP). (- Ciente. Oficie-se.)

**MANIFESTAÇÕES****MANIFESTAÇÕES**

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de aplauso ao Sr. Paulo Márcio de Faria e Silva por sua recondução ao cargo de reitor e à Sra. Magali Benjamim de Araújo por sua posse no cargo de vice-reitora da Universidade Federal de Alfenas (Requerimento nº 7.527/2014, da deputada Liza Prado);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 174ª Cia. do 33º Batalhão de Polícia Militar, pela prisão de dois suspeitos de envolvimento com tráfico de drogas, em 1º/4/2014, em Betim (Requerimento nº 7.565/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 33º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação em ocorrência, em 31/3/2014, em Betim, na qual apreenderam grande quantidade de droga (Requerimento nº 7.566/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 21º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, no dia 3/4/2014, em Tocantins, que culminou com a prisão de um homem e com a apreensão de drogas, uma balança de precisão, munições, materiais para embalar e consumir drogas e quatro veículos (Requerimento nº 7.573/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 45º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, no dia 1º/4/2014, em João Pinheiro, que culminou com a prisão de um homem e com a apreensão de grande quantidade de droga (Requerimento nº 7.574/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 49º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, no dia 2/4/2014, em Belo Horizonte, que culminou com a prisão de três homens e com a apreensão de drogas, material para embalagem destas, armas brancas e uma balança de precisão (Requerimento nº 7.575/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão Rotam da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, no dia 2/4/2014, em Belo Horizonte, que culminou com a prisão de quatro homens e com a apreensão de um adolescente e de armas e drogas (Requerimento nº 7.576/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 18º Batalhão e na 2ª Cia. de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, no dia 1º/4/2014, em Contagem, que culminou com a prisão de quatro homens e com a apreensão de celulares, munições, carregadores, armas e quantia em dinheiro (Requerimento nº 7.577/2014, do deputado Cabo Júlio);



de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 39º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, no dia 4/4/2014, em Contagem, que culminou com a prisão de três homens e com a apreensão de drogas, armas, uniformes e distintivos da Polícia Civil (Requerimento nº 7.578/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 21º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, no dia 31/3/2014, em Viçosa, que culminou com a prisão de dois homens e com a apreensão de um adolescente e de armas, um rádio comunicador, celulares e uma balança de precisão (Requerimento nº 7.579/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 20ª Cia. Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, no dia 2/4/2014, em Monte Santo de Minas, que culminou com a prisão de três homens e com a apreensão de armas, munições, chaves falsas e joias (Requerimento nº 7.580/2014, do deputado Cabo Júlio);

de aplauso à Associação Brasileira dos Criadores de Zebu pela realização da 80ª Exposição Internacional de Gado Zebu, em Uberaba (Requerimento nº 7.582/2014, da deputada Liza Prado);

de aplauso aos policiais federais que participaram da operação que resultou na prisão de um homem e na apreensão de drogas, dinheiro, celulares e *notebook*, em 3/4/2014, em Antônio Dias (Requerimento nº 7.583/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais federais que participaram da operação que resultou na prisão de cinco homens e na apreensão de drogas, maquinário para sua fabricação e balanças de precisão, em 1º/4/2014, em Santana do Riacho (Requerimento nº 7.584/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 13ª Cia. Tático Móvel do 13º Batalhão de Polícia Militar, pela prisão de um homem e apreensão de dois adolescentes suspeitos de envolvimento com tráfico de drogas, bem como pela apreensão de arma, munição, celulares, rádios comunicadores e dinheiro, em 2/4/2014, em Belo Horizonte (Requerimento nº 7.585/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais rodoviários federais que participaram da operação que resultou na prisão de um homem que transportava droga, em 4/4/2014, em Pouso Alegre (Requerimento nº 7.586/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 7ª Cia. Independente de Polícia Militar, pela atuação em ocorrência, no dia 6/4/2014, em Igarapé, que resultou na prisão de dois homens, na apreensão de armas e na recuperação de um veículo roubado (Requerimento nº 7.587/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 33º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação em ocorrência, no dia 7/4/2014, em Betim, que resultou na prisão de três indivíduos e na apreensão de uma submetralhadora, bloqueadores de sinal de GPS, drogas, uma balança de precisão, chaves de veículos e dinheiro (Requerimento nº 7.588/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 19º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 1º/4/2014, em Franciscópolis, que resultou na apreensão de armas de fogo e na prisão de dois homens (Requerimento nº 7.589/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 9ª Cia. Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 6/4/2014, em Entre-Rios de Minas, que resultou na apreensão de arma e drogas e na prisão de um homem (Requerimento nº 7.590/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 6º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 6/4/2014, em Conselheiro Pena, que resultou na apreensão de drogas e quantia em dinheiro e na prisão de um homem (Requerimento nº 7.591/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 49º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 6/4/2014, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas, armas e munição e na prisão de um homem (Requerimento nº 7.592/2014, do deputado Cabo Júlio);

de aplauso aos policiais civis que menciona, lotados na 5ª Delegacia Regional - SUL/3ª DPC-SUL, pela realização da Operação Touché, que culminou na prisão de Alexandre Hermínio Rosa, vulgo Alex Calcinha, líder do tráfico de drogas no Aglomerado da Serra, que se encontrava foragido (Requerimento nº 7.594/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados no 35º BPM, pela apreensão, em 2/3/2014, em Santa Luzia, de três menores que utilizavam o aplicativo WhatsApp para avisar a chegada da Polícia Militar (Requerimento nº 7.595/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com o Sr. Paulo Tadeu Rodrigues Rosa pelos relevantes serviços prestados à Justiça Militar, em especial pela realização de 152 julgamentos em matéria criminal e 904 audiências em 2013 (Requerimento nº 7.613/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 51º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação em ocorrência, em 2/4/2014, em Janaúba, na qual apreenderam armas e munições e prenderam dois homens (Requerimento nº 7.614/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 17ª Cia. Independente de Meio Ambiente e Trânsito da PMMG, pela atuação em ocorrência, em 7/4/2014, em São Lourenço, na qual apreenderam armas, munição, redes de pesca e outros materiais e prenderam dois homens (Requerimento nº 7.615/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 16ª Cia. Independente da PMMG, pela atuação em ocorrência, em 7/4/2014, em Três Corações, na qual apreenderam um menor, bem como droga, armas, munições, balança de precisão, celulares e dinheiro (Requerimento nº 7.616/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 10º Batalhão de Polícia Militar, por sua atuação em ocorrência em 8/4/2014, em Montes Claros, na qual apreenderam arma, dinheiro, celular e outros objetos roubados de uma casa lotérica, efetuaram prisão de suspeito e apreensão de menor (Requerimento nº 7.617/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 26º Batalhão de Polícia Militar, por sua atuação em ocorrência, em 8/4/2014, em Itabira, que resultou na apreensão de drogas e armas e na prisão de dois homens (Requerimento nº 7.618/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 34º Batalhão de Polícia Militar, por atuação em ocorrência, em 9/4/2014, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de um menor e de armas e na prisão de dois homens (Requerimento nº 7.619/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no Batalhão da Rotam, no 16º Batalhão de Polícia Militar, no 1º Batalhão de Polícia Militar, no Batalhão de Radiopatrulhamento Aéreo da Polícia Militar - BTL RPAER - e na Companhia Independente de Cães da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 8/4/2014, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de armas e na prisão de dois homens (Requerimento nº 7.620/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 21º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 9/4/2014, em Ubá, que resultou na apreensão de cinco adolescentes e de drogas (Requerimento nº 7.621/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 28º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 9/4/2014, em Urucuaia, que resultou na apreensão de armas e drogas e na prisão de três pessoas (Requerimento nº 7.622/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais civis que menciona pela atuação na Operação Falência, em 10/4/2014, na Rodovia BR-497, em Uberlândia, na qual apreenderam droga e dois veículos e prenderam um homem que ganharia R\$ 12.000,00 para transportar o produto (Requerimento nº 7.627/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 3ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 8/4/2014, em União de Minas, na qual apreenderam droga e prenderam três homens (Requerimento nº 7.628/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 52º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 8/4/2014, em Mariana, na qual apreenderam droga e dinheiro e prenderam três homens (Requerimento nº 7.629/2014, do deputado Cabo Júlio);

de aplauso ao Cb. PM José Jair Lopes dos Santos, lotado no 10º Batalhão de Polícia Militar, pela participação, em 10/4/2014, na operação que resultou na morte de dois envolvidos em roubos em Montes Claros (Requerimento nº 7.630/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 40º Batalhão de Polícia Militar e no Batalhão Rotam da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 10/4/2014, em Ribeirão das Neves, na qual apreenderam armas e munição e prenderam dois homens (Requerimento nº 7.631/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 21º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 10/4/2014, em Tabuleiro, na qual apreenderam armas e munição e prenderam um homem (Requerimento nº 7.632/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 46º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 9/4/2014, em Monte Carmelo, que resultou na prisão de dois homens e na apreensão de um menor e de armas (Requerimento nº 7.633/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares e bombeiros militares que menciona, lotados na 5ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar, na 4ª Companhia Independente de Polícia Militar e no 8º Batalhão de Bombeiros Militar, pela atuação na ocorrência, em 14/4/2014, na BR-364, entre os Municípios de Itapagipe e Campina Verde, que resultou na prisão de dois homens e na apreensão de mais de 490 kg de maconha (Requerimento nº 7.635/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 13º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 13/4/2014, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de dois homens e na apreensão de armas, munição e colete balístico (Requerimento nº 7.636/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 4º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 11/4/2014, em Uberaba, que resultou na prisão de um homem e na apreensão de um menor e de drogas e uma balança de precisão (Requerimento nº 7.637/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 19º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 12/4/2014, em Ataleia, que resultou na prisão de um homem e na apreensão de munições, espoleta e pólvora (Requerimento nº 7.638/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com o novo chefe do Estado-Maior do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, Cel. BM Ezequiel Silva (Requerimento nº 7.639/2014, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com o novo comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, Cel. BM Ivan Gamaliel Pinto (Requerimento nº 7.640/2014, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com o novo comandante da Academia de Polícia Militar, Cel. PM Hebert Fernandes Souto Silva (Requerimento nº 7.641/2014, do deputado Ivair Nogueira);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 2ª Cia. Independente da PMMG, pela prisão do vereador Adão Wilson Lima por tráfico de drogas, em 21/3/2014, em Rubelita (Requerimento nº 7.642/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 2ª Cia. de Missões Especiais da PMMG, pela apreensão de um menor portando droga, em 7/4/2014, em Contagem (Requerimento nº 7.643/2014, do deputado Sargento Rodrigues);



de aplauso aos policiais civis que menciona, lotados na 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil, de Juiz de Fora, pela atuação em operação que resultou na prisão de um traficante e em apreensão de droga (Requerimento nº 7.644/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais civis que menciona pela prisão, em 9/4/2014, em Contagem, de suspeitos de participar de seis homicídios (Requerimento nº 7.645/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 1ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 15/4/2014, no Município de Nova Lima, que resultou na apreensão de 3kg de maconha e na prisão de dois homens (Requerimento nº 7.706/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais civis que menciona, lotados na Delegacia de Operações Especiais da Polícia Civil, pela atuação na operação Sagaz, no Município de Ribeirão das Neves, que resultou na prisão de uma quadrilha e na apreensão de quase 500kg de maconha (Requerimento nº 7.707/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais civis que menciona, que atuaram na operação Nuvem Branca, em 10/4/2014, no Município de Lagoa Santa, que resultou na prisão de quatro homens e na apreensão de 30kg de cocaína (Requerimento nº 7.708/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 39º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 15/4/2014, no Município de Contagem, que resultou na desarticulação de um esquema de televendas de drogas na região, na apreensão de drogas, de uma balança de precisão, de duas motos e de R\$904,00 e na apreensão de três menores e prisão de um jovem (Requerimento nº 7.709/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 47º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 14/4/2014, no Município de Muriaé, que culminou na apreensão de armas, quatro barras de maconha e na prisão de quatro homens (Requerimento nº 7.710/2014, do deputado Cabo Júlio);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 7ª, na 10ª e na 126ª CIA PM/5º BPM, pela prisão de três homens e pela apreensão de um menor e de droga, balança de precisão e dinheiro, em Belo Horizonte, em 12/4/2014 (Requerimento nº 7.711/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais militares e civis que menciona pela prisão de dois homens, suspeitos de envolvimento com o tráfico de drogas, em Esmeraldas, em 15/4/2014 (Requerimento nº 7.712/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais federais que participaram da operação Escorpião, que resultou na prisão de 26 pessoas e na apreensão de drogas, armas de fogo, veículos e dinheiro (Requerimento nº 7.713/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de repúdio pela prisão do vereador Marco Prisco Caldas Machado, líder do movimento grevista da Polícia Militar da Bahia, em cela comum no presídio federal de Brasília, na companhia de diversos criminosos, a ser encaminhado à Presidência e à Vice-Presidência da República, às Presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ao governo do Estado da Bahia e ao Ministério Público Federal na Bahia (Requerimento nº 7.733/2014, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso aos policiais civis que menciona pela prisão de cinco suspeitos por envolvimento no roubo de armas na Central Integrada de Escoltas do Sistema Prisional, próximo à Penitenciária Dutra Ladeira, em Ribeirão das Neves, em 24/3/2014 (Requerimento nº 7.734/2014, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso ao Cb. PM Abrão Costa Martins Junior, da 26ª Companhia de Itaobim, pela atuação junto à Escola Família Agrícola de Jacaré, no Município de Itinga, perante o atentado sofrido pelos professores Adair da Silva Santos e Noessandro Gonçalves Freire, no dia 1º/4/2013 (Requerimento nº 7.753/2014, das Comissões de Direitos Humanos e de Participação Popular);

de aplauso ao Sgt. PM Rayan Soares, ex-comandante do destacamento da Polícia Militar de Itinga, atualmente no 19º Batalhão, pela atuação junto à Escola Família Agrícola de Jacaré, no Município de Itinga, perante o atentado sofrido pelos professores Adair da Silva Santos e Noessandro Gonçalves Freire, no dia 1º/4/2013 (Requerimento nº 7.754/2014, das Comissões de Direitos Humanos e de Participação Popular).



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 6/5/2014

O deputado Sargento Rodrigues* - Cumprimento o Sr. Presidente, os Srs. Deputados, as Sras. Deputadas e o público que nos acompanha pela TV Assembleia.

Sr. Presidente, gostaria de reproduzir aqui uma fala muito importante do Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, ontem, em São Paulo, em matéria publicada no jornal Estadão. Sr. Presidente, essa matéria vem ao encontro de uma série de reivindicações que o cidadão vem fazendo ao poder público de forma geral. Há cerca de cinco anos venho tratando dessa matéria muito importante. V. Exa. e o deputado Carlos Pimenta, meu colega de partido, vão perceber a importância dessa matéria.

O ministro diz o seguinte: “Quero dizer que nós estamos vivendo um momento de apagão de gestão. Precisamos pensar claramente que tipo de legado estamos deixando para os nossos filhos. Quanto piorou a gestão pública no Brasil. É um quadro de anomia muito preocupante e de má qualidade dos serviços prestados. As demandas que são formuladas não são atendidas minimamente e são muito sérias”.

Para o ministro, o quadro de má gestão afeta também a segurança pública: “Temos um déficit enorme no que concerne à segurança pública. Isso é notório. Basta ver o tema que está na agenda hoje: a má gestão dos presídios. Todos esses problemas se acumularam ao longo dos anos, e é uma parte do tema 'Segurança pública'. Tomamos medidas importantes no que diz respeito à ocupação dos morros



do Rio de Janeiro, as UPPs, mas com grandes déficits. A União tem de participar mais ativamente do tema 'Segurança pública'. É preciso que isso entre na própria agenda da disputa presidencial. O cidadão perdeu a liberdade. O cidadão normal é um prisioneiro porque ele não pode sair às ruas nas nossas grandes cidades”.

Para o ministro, juntamente com a educação e a saúde, a segurança pública certamente é tema prioritário: “A gente não percebe, a não ser medidas paliativas propostas com forte caráter simbólico, a articulação de medidas que possam afetar de fato esse quadro de insegurança pública ao qual estamos submetidos”.

O ministro do Supremo atribuiu negligência aos órgãos públicos ante os ataques de vândalos em manifestações de rua: “Temos muitos conflitos que têm sido talvez negligenciados e que precisam merecer a devida atenção de todos os segmentos incumbidos de regular, de aplicar a lei, os setores investidos de poder público e de poder estatal”.

Gilmar Mendes advertiu para a forte carga tributária imposta ao contribuinte sem contrapartida do poder público: “É notório que o País tem hoje uma participação financeira por parte do cidadão que é bastante elevada, a tributação. A carga é muito elevada, e os serviços que são devolvidos são precários. Então, temos tributos do padrão da Suécia e serviços de alguns países africanos. É preciso que a gente perceba que estamos vivendo um quadro realmente de má gestão. Eu fico um pouco envergonhado quando vejo essa situação generalizada de má prestação dos serviços”.

Sr. Presidente e deputado Dalmo, ele ainda diz o seguinte em outro momento: “Basta saber qual é o próximo escândalo. Isso, sem dúvida, é muito sério. Temos graves problemas aqui na Petrobras, são repetidos casos de corrupção, muitos deles associados à questão política e à campanha”.

Quero aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer que não é o ministro Gilmar Mendes o primeiro a dizer que a União precisa cada vez mais mostrar a sua cara, mostrar a sua parcela de responsabilidade sobre segurança pública. Tenho dito e repetido dezenas e dezenas de vezes na Comissão de Segurança Pública: o governo federal, quanto ao tema da segurança pública, é irresponsável, é omissivo. Não tem outra palavra para classificar a omissão do governo federal, ao passo que o ministro do STF - é coisa raríssima de um ministro do STF - chega a falar sobre a corrupção escancarada na Petrobras, sobre a má gestão. E aqui ele fala claramente que o governo federal precisa dar a sua contribuição em segurança pública.

Falo ainda somente sobre dois aspectos, deputado Dalmo, antes de lhe conceder aparte, extremamente importantes para o cidadão que nos acompanha compreender melhor um tema tão complexo como segurança pública. Hoje há um abandono completo do governo federal em relação a nossas fronteiras. E ali, deputado Dalmo, drogas e armas estão passando livremente 24 horas por dia e chegando aos grandes centros urbanos.

Não é privilégio do Estado de Minas Gerais dizer que as polícias estaduais não vão aguentar por muito tempo enxugar gelo se o governo federal não fizer sua parte. Nós temos a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal completamente sucateadas. Então, como vão fazer frente àquilo que compete a essa parcela de responsabilidade da União: Polícia Rodoviária Federal patrulhando rodovias federais e Polícia Federal combatendo tráfico de armas e drogas na fronteira? E, por outro lado, na outra ponta, o cidadão clama: “Pelo amor de Deus, o direito penal brasileiro é frouxo, precisamos avançar”. Temos um governo federal fazendo o contrário, derrotando a PEC que tratava da redução da maioridade penal nos crimes hediondos, deputado Dalmo. Não banalizando a alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas, nos crimes hediondos, por que não podemos responsabilizar um adolescente de 15, 16 ou 17 anos por latrocínio, por homicídio qualificado, por estupro? Não dá para entender a posição do governo federal.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Deputado Sargento Rodrigues, parabéns pelo pronunciamento. É exatamente isto que o Plenário está ouvindo: declarações daquele que nem é político, não pertence a nenhum partido político e é ministro do STF, que está trazendo agora sua preocupação como cidadão, como ministro a todo o Brasil. Esse tema, Sargento Rodrigues, hoje foi muito bem lançado na AMM pelo presidente, o ex-deputado Antônio Carlos Andrada, que fez questão, como V. Exa. aqui está fazendo, de citar a preocupação do ministro Gilmar Mendes. Uma preocupação para Minas e para o Brasil. Não temos mais o que discutir. Há o caso da segurança pública, da Petrobras e dos escândalos que estão afrontando a dignidade do povo brasileiro.

Então, quero me unir ao pronunciamento de V. Exa., como também ao do ministro Gilmar Mendes, porque em todas as situações que estão acontecendo estamos vendo que não há mais o que discutir, precisamos ter consciência clara, vigorosa. Não podemos deixar esta oportunidade passar. Ainda temos de discutir com clareza, como o próprio governador Alberto Pinto Coelho, imbuído das palavras do ministro Gilmar Mendes, o pacto federativo, tão importante para o Brasil e para Minas Gerais. Parabéns por essa lucidez, trazendo esse artigo do ministro Gilmar Mendes, de grande importância para o povo mineiro e brasileiro.

O deputado Sargento Rodrigues* - Agradeço a V. Exa. e o cumprimento da mesma forma. Entendo, deputado Dalmo, que hoje estamos vivendo um momento ímpar, ou seja, a população não aguenta mais. Brasília tem de acordar. O povo não aguenta mais; não aguenta escândalos de corrupção e não aguenta a morosidade na tomada de decisão e na mudança do que precisa ser mudado.

O deputado João Leite (em aparte)* - Deputado Sargento Rodrigues, quero parabenizar V. Exa. pelo trabalho neste Plenário e na Comissão de Segurança Pública. V. Exa. é, sem dúvida, muito presente e estudioso da questão da segurança e viveu, por anos, como profissional da segurança pública, servindo o povo de Minas Gerais.

Quero lembrar V. Exa. de que, certa vez, quando o estive representando em um encontro com o ministro Gilmar Mendes, na época ele era presidente do Supremo, estive com ele e ouvi sua experiência sobre a questão da segurança pública no Brasil. Então, não é alguém que está falando algo que não acompanhou.

Quando Gilmar Mendes estava como presidente do Supremo Tribunal Federal, recebeu uma delegação da ONU que lhe indagou como pôde, no Brasil, uma mulher ter ficado 25 dias dentro de uma cela com homens. Isso aconteceu no Pará, no governo do PT, da governadora Ana Júlia Carepa. O ministro relatou essa situação e nos disse, naquela ocasião, que prometeu para si mesmo que nunca mais passaria por isso na vida; disse que acompanharia a segurança pública no Brasil, que queria saber o que está acontecendo com a segurança pública aqui.

Então, o que traz o ministro Gilmar Mendes agora não é uma coisa de alguém que não acompanha o que está acontecendo no País. Ele sabe da questão penitenciária, da ausência de investimentos de recursos federais; sabe que são os estados que estão investindo no



sistema penitenciário e na segurança pública; tem conhecimento, ainda, de que as penitenciárias estaduais estão abarrotadas de criminosos federais químicos e traficantes internacionais de drogas. Temos aqui a Penitenciária de Segurança Máxima Nelson Hungria, mas as outras, no Brasil inteiro, ainda não têm o bloqueio de celular. Vemos muitas vezes o crime sendo comandado de dentro de penitenciária enquanto o governo federal fecha os olhos. Há quatro penitenciárias federais com 400 presos, enquanto Minas Gerais tem 61 mil pessoas presas, e o Brasil, 500 mil presos.

Então, parabéns pelo seu pronunciamento e parabéns ao ministro Gilmar Mendes, que está cumprindo o que prometeu, qual seja, acompanhar a segurança pública no Brasil.

O deputado Sargento Rodrigues* - Agradeço ao deputado João Leite, que aqui tem pontuado questões importantíssimas que nós, da Comissão de Segurança Pública, temos acompanhado Brasil a fora.

As autoridades que lidam com a segurança pública têm de aprender algumas premissas desde cedo, deputado João Leite. Drogas e armas são irmãs siamesas, uma não anda sem a outra. É competência exclusiva do governo federal, e não das polícias estaduais, conforme está previsto no art. 144 da Constituição de República, cuidar de nossas fronteiras. À medida que ele não cuida, cada 1kg de pasta-base de cocaína que cruza a fronteira vira 3kg nas capitais dos nossos estados.

Não estou dizendo, deputado João Leite, que é o Estado de Minas que não vai dar conta de enxugar gelo a médio e longo prazos. Estou dizendo que nenhum estado brasileiro, independentemente do partido que o governa, vai dar conta de baixar o índice de criminalidade de segurança pública se não houver a efetiva participação do governo federal, que tem demonstrado, com muita clareza, a sua omissão, sucateando as Polícias Federal e Rodoviária Federal.

Na outra ponta, deputado João Leite, no momento em que precisamos que o Congresso Nacional e a Presidência da República deem uma resposta em termos de endurecimento da pena, do direito penal brasileiro, da redução da maioria para crimes hediondos praticados por adolescentes, o governo federal, com suas respectivas bancadas, derrota a PEC da redução da maioria na CCJ e trabalha na linha do direito penal mínimo. Nós que somos acadêmicos de direito sabemos que essa corrente de pensamento, essas cabeças pensantes do atual governo federal não trabalham com o encarceramento de presos. Para eles, estupradores, latrocidistas e homicidas não precisariam estar presos. Esse pensamento é da turma que trabalha na linha do direito penal mínimo. Enquanto a sociedade, esse cidadão que pega ônibus lotado, que está todos os dias trabalhando de forma honrada e séria, sofre essa violência na ponta, Brasília dorme em berço esplêndido. Acorda, Brasília! O povo não aguenta mais! Exigimos resposta por parte do governo federal. Infelizmente, ele é omissor e irresponsável. Não vou me cansar de ocupar esta tribuna para dizer isso enquanto o governo federal não der a sua resposta, a sua contrapartida em segurança pública neste país. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia - Deputado Hely Tarquínio, deputados e deputadas, boa tarde. Hoje vim tratar de um assunto que está assustando setores do Estado de Minas Gerais. É preciso intervenção mais forte da Assembleia Legislativa para resolver esse problema e verificar os prejuízos que estamos tendo e que podem ser agravados em Minas em virtude da atuação, em especial, de mineradoras. Sente-se muito a ação das mineradoras do ponto de vista ambiental e social. Não são poucos os que reclamam das ações das mineradoras através das nossas comissões, a do Meio Ambiente, a de Direitos Humanos, entre outras. Os problemas causados ambientalmente e socialmente pelas mineradoras têm sido cada vez maiores e têm amedrontado ambientalistas, agricultores familiares, assentamentos de reforma agrária, pequenos produtores e camponeses. Enfim, esses problemas têm amedrontado a área rural, em especial o povo mineiro que tanto precisa da água, cada vez mais um elemento raro neste mundo. Se não cuidarmos da água, teremos gravíssimos problemas.

São Paulo está vivendo agora um verdadeiro pesadelo. O nível de água da reserva da Cantareira está baixando. Há risco de falta de água na maior cidade do Brasil. Há falta de planejamento e, evidentemente, falta de cuidado com o meio ambiente.

Deputado Tony Carlos, as águas do nosso estado também estão correndo risco muito grande. Minas Gerais é considerada a caixa d'água do Brasil. Se não cuidarmos dos recursos minerais, em especial da água, estaremos prejudicando não apenas o nosso estado, mas o Brasil todo.

O governo de Minas Gerais tem dado aval às ações das mineradoras para atuarem da forma como queiram. O governo não fiscaliza, não vigia, concede qualquer tipo de licenciamento, aliás com corrupção - vou falar sobre isso daqui a pouco - dentro da própria Secretaria de Meio Ambiente. O fato é que as mineradoras vivem em Minas uma espécie de casa de mãe joana. Aqui é possível fazer tudo. Mesmo fazendo de tudo, o PIB de Minas Gerais continua um PIB pequeninho, o chamado "pibinho" do Aecinho, deste tamanhinho. Isso demonstra que apenas minerar e entregar o que temos para as mineradoras exportarem para a China não é forma de desenvolvimento para o Estado de Minas Gerais, nem economicamente, nem socialmente, muito menos para preservação do meio ambiente.

Infelizmente, em Minas Gerais as concessões para as mineradoras tem-se dado na forma de mineroduto. Por isso chamei atenção para a água. Como é mais barato o sistema de levar o minério por via da água, passaram a requerer o funcionamento da mineração, levando-se para o porto, por meio do mineroduto, as águas e os minérios de Minas Gerais.

A situação é grave, companheiros e companheiras, telespectadores da TV Assembleia e da galeria. Já temos, em Minas Gerais, quatro minerodutos que pretendem cortar o Estado. A Samarco tem dois em operação em Mariana. São 398km até Anchieta. Existe outro projeto da Samarco em andamento. Nós temos um projeto da Ferrous, que corta Congonhas e vai até o Espírito Santo. E nós soubemos, recentemente, que, por pressão dos movimentos sociais, a própria Ferrous está desistindo do mineroduto e fará o carregamento por via férrea, entendendo que o mineroduto seria, de fato, um prejuízo muito grande. Agora temos também a Manabi, que corta Minas Gerais e o Espírito Santo, sendo 19 municípios em Minas Gerais e, no outro caso, 17 municípios. Esse mineroduto vem do Morro do Pilar e vai até Linhares, no Espírito Santo. Esse projeto da Manabi está parado porque a prefeita de Açucena - aliás parabéns a ela - revogou a anuência para o mineroduto estar em funcionamento e, através dessa revogação, ficou paralisado o processo desse mineroduto chamado Manabi. Vejam o que diz o Ministério Público sobre isso: "A perspectiva de mais quatro



minerodutos em Minas Gerais está me deixando de cabelo em pé, pelas inquietações sociais e ambientais que esse tipo de obra provoca” - foi o que disse o procurador da República do Ministério Público Federal, José Adércio Leite.

Ele está de cabelo em pé não é à toa. O procurador Adércio sabe dos riscos que nós temos. E agora, deputado Carlos Pimenta, que aqui nos assiste e que é do Norte de Minas, corremos o risco de, em pleno Alto do Rio Pardo - sendo que nessa região temos uma deficiência de água muito grande - a SAM Mineradora, querendo minerar, tira água do Rio Jequitinhonha, da Lagoa de Irapé, para fazer a transposição dessa mineração. E o governador do Estado, Anastasia, no dia 22 de janeiro, permitiu e mandou fazer um decreto de utilidade pública desapropriando terras e mais terras para a SAM Mineradora retirar água do Jequitinhonha, limpinha, e levar para o mar. São 482km, sendo que nove municípios mineiros seriam atingidos a partir da cidade de Grão-Mogol - pela via da água, numa região em que não há água, numa região de carência profunda de água. Querem tirar água do Rio Jequitinhonha, que passa um aperto de água, como nós sabemos.

Estive com o presidente da Cemig, falei com ele sobre esse assunto, e ele nem sabia que essa água podia sair de Irapé. Não sabe nem se vai fazer falta para a geração de energia em virtude do que a Cemig já faz em Irapé. Mas, se é mineradora, o governo aceita, cabalmente entrega a eles qualquer tipo de funcionamento, independentemente do que vai acontecer com as águas em Minas Gerais.

Vejam, telespectadores, deputados e deputadas, são sete projetos de mineroduto. Imaginem esses sete projetos de mineroduto em funcionamento na caixa d'água do Brasil. Isso é mais do que um crime ambiental. Eu diria que isso é um pecado. Retirar água limpa da caixa d'água do País para que mineradoras ganhem dinheiro e depois revertam isso em doações generosas de campanha eleitoral. Minas Gerais, infelizmente, não está fazendo o dever de casa, de cuidar para que o processo de desenvolvimento seja um processo que distribua renda e que proteja o meio ambiente e as atividades sociais.

Sofrem com isso, além do meio ambiente, os pequenos produtores; sofre o povo de Minas Gerais, que poderá ter áreas desertificadas enormes.

Quero, mais uma vez, parabenizar o jornal O Tempo, que fez uma reportagem muito bem-feita: “Um mineroduto que passou em minha vida”. Esse é o mineroduto da Ferrous. Aliás, esse não é da Ferrous, é da Anglo American, sobre o qual ainda não falei. São 525km, saindo de Conceição do Mato Dentro. Estive lá com a Comissão de Direitos Humanos. Devastou, acabou com aquelas cidades. Fizeram um levantamento de como esse mineroduto estava passando pela região. Vale a pena adquirir esse número especial do O Tempo e dar uma lida na reportagem. Vejam como a água ficou, e ela era clarinha; agora está cheia de barro, toda poluída pela mineração. E essa água, que ninguém mais consegue beber, vai se estragando, vai passar pelo mineroduto, que causou explosão, poeira, medo, desapropriamento em dia de enterro. O Porto do Açú salgou a serra dos produtores, e assim vai. Impacto muito maior que as compensações; Ministério Público exigindo reparos. Esse é o exemplo do mineroduto, que eles diziam que seria a salvação da região de Conceição do Mato Dentro. Coisa nenhuma. Isso é a desgraça do povo de lá. Agora tem gente dizendo que a redenção do Norte vem com a mineração, que tirará água do Jequitinhonha no Norte de Minas. Mentira, aquilo acabará com a vida das pessoas e degradará ainda mais o Norte mineiro.

Sr. Presidente, tudo isso acontece sem que o governo do Estado tenha um cuidado real. Hoje vi por quê. “Justiça apura favorecimento à MMX na Secretaria de Meio Ambiente.” A MMX é a do Eike Batista, amigo do senador. Vocês se lembram? Disse que faria empreendimento. Até hotel aqui ele queria fazer. O hotel é do outro, deputado Sávio Souza Cruz? O do Eike não era hotel, ele é mais chique; o Eike é dono da MMX, o amigo do senador. Se o senador fosse eleito, às vezes ele seria ministro de Minas e Energia, e acabaria com tudo mesmo. É amigo dele, da MMX. Aliás, o deputado Sargento Rodrigues está preocupado com a corrupção em Brasília, mas devia se preocupar com a corrupção em Minas. Essa ele não olha.

O jornal Hoje em Dia soltou uma matéria hoje dizendo que foram indiciadas quatro pessoas e que foi pedido o afastamento delas do cargo na secretaria. Sabe quem são essas quatro pessoas, que esse jornal não disse, mas que fui verificar? Um é o Anderson Marques Martinez Lara, o outro é Luciano Junqueira de Melo. Prestem atenção e pasmem, senhores telespectadores e deputados e deputadas, aos nomes dos outros dois: Maria Cláudia Pinto, subsecretária de Gestão e Regularização Ambiental Integrada, que a Justiça apurou que fazia concessão retirando dos autos os impedimentos colocados pelos técnicos ambientais, com isso permitindo que as obras continuassem onde não se poderia fazê-las - no caso, a mina explorada pela MMX Mineração. E a Justiça, sabendo desse caso colocado pelo Ministério Público, simplesmente concedeu uma cautelar pedindo seu afastamento. Sabe quem é o quarto, deputado Sávio Souza Cruz? Ninguém mais ninguém menos que o ex-secretário de Meio Ambiente, Adriano. Ele, Adriano, está na ação, que estava escondida. Lembram que ele saiu antes da hora? Não foi reforma administrativa, ele saiu porque foi emitida a cautelar de afastamento do cargo do Adriano, que permitia que as mineradoras atuassem lá do jeito que atuam. Então a denúncia que faço sobre a mineração é mais séria do que está acontecendo aqui em Minas Gerais. Não se pode fazer vista grossa, como a secretaria e o governador vêm fazendo em relação às mineradoras. Dá no que dá. O secretário de Meio Ambiente foi afastado por medida cautelar.

O deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Quero cumprimentar V. Exa. e fazer uma sugestão. Temos enorme dificuldade de apurar os episódios de corrupção em Minas Gerais. Sabemos que, em 12 anos de governo do PSDB, não conseguimos instaurar CPI alguma para apurar desvio de conduta e casos de corrupção no governo de Minas. Estamos com 25 assinaturas na CPI do Mineirão. Depois de o senador Aécio, cujos ditames guiam a quase totalidade desta Casa, dizer que não assinar CPI é uma confissão de culpa, quem sabe conseguimos obter aqui a 26ª assinatura para instaurar a CPI do Mineirão. Além disso, podemos, como sugestão que faço a V. Exa., convidando os deputados Sargento Rodrigues e João Leite, todos preocupados com a corrupção, fazer uma CPI dos licenciamentos ambientais em Minas Gerais, dado, inclusive, o assunto em que a própria Justiça, por meio de escutas que foram autorizadas, comprova a participação do alto escalão do governo de Minas em episódios de corrupção como mencionado por V. Exa.

O deputado Rogério Correia - Muito obrigado, deputado Sávio Souza Cruz.

Sr. Presidente, finalizo lendo um trecho do que diz a interceptação telefônica, conforme colocado pelo deputado Sávio. (- Lê:)

“As interceptações telefônicas levantaram indícios de omissão da Semad em diálogo entre servidores públicos.” Abre aspas, presidente: “E a gente tentando resolver, pedindo pra MMX apresentar os estudos pra reanalisar e conceder licença já com as

habilitações feitas... (...) Enrola, não responde o Ministério Público. Eu fui enrolando, liguei para o Dr. (...), enrolando... enrolando... enrolando...” Deve ser o Adriano. “Agora chega intimação pra depor no inquérito’, diz um trecho.”

Para a MMX, do Eike Batista, está lá, dentro da Secretaria de Meio Ambiente, uma corrupção, levando agora a própria Justiça a determinar a saída dele. Não é de se estranhar, deputado Paraca, que os minerodutos vão cortando Minas Gerais, e os nossos rios, as nascentes e as águas vão desaparecendo. E haja contribuição financeira para as campanhas. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Rômulo Viegas* - Sr. Presidente, deputado Carlos Pimenta, deputadas e deputados, tenho dois assuntos aqui que considero interessantes. Queria a atenção de todos. Tenho sempre dito desta tribuna da minha preocupação com o municipalismo e da necessidade de rever a distribuição de recursos públicos para estados e municípios. Aqui há uma matéria interessante. Os municípios brasileiros estão cobrando perdas com as bondades fiscais que foram concedidas por meio dos incentivos dados pela União.

Prestem bem atenção na conta do prejuízo. A cada R\$1,00, deputado Bonifácio Mourão, da renúncia concedida pela União, R\$0,58 pertenceriam aos estados e aos municípios. Em quatro anos, R\$190.000.000.000,00 - repito, R\$190.000.000.000,00 - deixaram de ser repassados para estados e municípios. Aí realmente fica muito difícil para governadores e prefeitos terem eficiência e darem resposta adequada às diversas demandas da sociedade.

Várias prefeituras já entraram na Justiça tentando fazer reverter essa situação e conseguir - é claro - o aumento da sua receita, para poderem, sim, atender à população de cada cidade. Então, os municípios estão cobrando perdas com as bondades fiscais, bondades essas que foram dadas pelo incentivo do IPI da linha branca e dos veículos, o qual é a base e o pilar, juntamente com o Imposto de Renda, do Fundo de Participação dos Municípios e dos Estados. Então, um chapéu de bondades...

Gostei demais do editorial do Estado de Minas de segunda-feira, 5 de maio. Vou lê-lo na íntegra para que todos façam suas reflexões e contraposições. Mas que tenham ciência, porque muitas vezes as pessoas não têm acesso ao jornal, e tenho o prazer de ler o editorial do Estado de Minas de ontem, que diz o seguinte: (-Lê:)

“Presente de grego. A presidente Dilma Rousseff não teve o menor constrangimento de usar a véspera do Dia do Trabalho para, numa mensagem transmitida em rede nacional obrigatória de tevê, agir como candidata à reeleição, muito mais do que como chefe de Estado, fez críticas a seus adversários políticos e anunciou medidas embrulhadas num pacote que ela entregou como sendo de bondades.

As medidas, na verdade, se resumem à antecipação de duas providências que já se faziam necessárias, o que não quer dizer que havia necessidade de anunciá-las agora, a não ser pelo calendário eleitoral e os resultados das últimas pesquisas de intenção de voto.

A inflação tem andado a galope, e os preços dos alimentos já começam a incomodar as pessoas de menor poder aquisitivo. Para essa extensa camada da população, o peso da feira e do supermercado costuma passar de 30% do orçamento doméstico. Para o assalariado, não resta alternativa senão a de economizar até o próximo acordo salarial da categoria ou o aumento do salário mínimo, se for o caso. Mas, para quem depende de programas sociais, como o Bolsa Família, a elevação do custo de vida só pode ser enfrentada com mais benesses oficiais. Foi nessa direção que a presidente anunciou aumento de 10% nas mesadas desse programa a partir de 1º de junho. Beneficiários do Bolsa Família não são exatamente trabalhadores, mas a pressa em anunciar bondades fez o 1º de maio parecer estratégico.

Na mesma data e com o mesmo propósito, era preciso anunciar algo do agrado de milhões de trabalhadores das classes média e média-baixa. A saída foi antecipar o percentual do reajuste da tabela do Imposto de Renda da pessoa física para 2015, que será de 4,5%.

Há pelo menos dois aspectos desse pacote que não devem passar despercebidos da cidadania. o primeiro é que, entre gastos diretos do Tesouro e receitas que deixarão de ser recolhidas, as duas medidas retiram R\$8.900.000.000,00 do orçamento do ano que vem.”

Note bem o que está aguardando 2015, deputado Bonifácio Mourão. Retiram do orçamento do ano que vem R\$8.900.000.000,00. (-Lê:)

“O pior é que elas não estão sozinhas. Vão se juntar às trapalhadas do governo no campo energético: a demagogia de baixar as tarifas na marra gerou um buraco de cerca de R\$30.000.000.000,00, a ser coberto em parte pelos consumidores, uma fração foi jogada para 2015 e outra bateu recentemente na conta de luz e vai gerar mais inflação, e pelo menos R\$11.000.000.000,00 saíram do Tesouro com destino às distribuidoras de eletricidade” - entende-se aí Cemig e outras tantas - “Tudo somado, já são mais de R\$40.000.000.000,00 na contramão da promessa de cumprir as metas de superávit fiscal de 2014 e 2015, sujando mais um pouco nosso cadastro, nossa imagem junto aos agentes do mercado internacional.

O segundo é mais um avanço do governo no bolso do contribuinte, disfarçado de benesse. Trata-se do velho truque de corrigir a tabela do Imposto de Renda em percentual abaixo da inflação. Há ações na Justiça reclamando da distorção acumulada de 66% que essa manobra tem provocado desde o Plano Real.

É simples: se o trabalhador tiver no ano que vem um aumento de salário que reponha a inflação de 2014 em torno de 6%, ele vai pagar mais Imposto de Renda em 2015, e alguns, que hoje são isentos, sofrerão a mordida no contracheque. Ou seja, o que o governo federal fez foi tirar mais um pedaço do salário do trabalhador, um verdadeiro presente de grego.”

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* - Deputado Rômulo Viegas, V. Exa. dividiu seu pronunciamento em duas partes. Vou começar pela segunda parte, quando V. Exa., ao ler um editorial de um jornal da estatura do Estado de Minas, mostra a realidade do que acontece no governo da República, no governo Dilma Rousseff. Mostra ainda que muitas coisas, muitas benesses que ela faz agora, como candidata, os brasileiros vão pagar com o orçamento de 2015, isto é, depois das eleições. Estão preparando o campo para tentar se eleger agora para que o brasileiro tire o dinheiro de seu bolso e pague a conta depois das eleições.

Ainda bem, deputado Rômulo Viegas, que a presidente Dilma Rousseff está despencando nas pesquisas, como mostra a CNT, a última Censur publicada na revista IstoÉ e em praticamente todos os maiores jornais do País. Ainda bem que o nosso senador Aécio Neves está crescendo cada vez mais nas pesquisas, para alegria não só do povo mineiro, que conhece bem o senador Aécio Neves, deputado João Leite, e o seu trabalho, mas para a alegria dos brasileiros. Como diz muito bem o senador Aécio Neves, o povo



brasileiro se cansou do governo do PT. Isso está repercutindo em todas as pesquisas e vai repercutir mais ainda. Não temos a menor dúvida disso.

Na outra parte de seu pronunciamento, V. Exa. aborda o problema do pacto federativo. V. Exa. mostrou, conforme o 31º Congresso da AMM, quanto os municípios brasileiros estão sofrendo. V. Exa. mostrou que, de 2006 a 2010, conforme publicou a imprensa, só nesses quatro anos, o prejuízo dos municípios e dos estados foi de R\$190.000.000.000,00. Se o brasileiro, o mineiro, qualquer municipalista, deputados João Leite, Rômulo Viegas e presidente Hely Tarquínio, ou cada um de nós parar e perguntar, o que se pode fazer com R\$190.000.000.000,00? Por exemplo, se pegarmos o preço da construção do prédio de uma escola, veremos que ele fica em torno de R\$2.000.000,00. Quantos prédios de escolas poderemos fazer com esses R\$190.000.000.000,00? Quantos quilômetros de asfalto poderemos fazer? Quantos postos de saúde? Quantos hospitais? E isso ainda está para o governo federal e realmente precisa acabar. Muita gente diz que isso não começou agora, neste governo. Entretanto, só neste governo, de 2006 em diante, são R\$190.000.000.000,00 que todos os brasileiros - porque todos nós moramos em municípios - estamos perdendo.

Deputado Rômulo Viegas, agradeço o aparte, mas realmente está na hora de o povo receber uma oxigenação nova. E essa oxigenação virá com o mineiro senador Aécio Neves e futuramente com o nosso governador Pimenta da Veiga.

O deputado Rômulo Viegas* - Muito obrigado, deputado Bonifácio Mourão. Mais ainda, o tamanho do barulho agora está se acentuando. O jornal O Tempo, de segunda-feira, publicou: (-Lê:) "Ministro da Fazenda Guido Mantega diz que impostos sobre bens de consumo podem subir. Por quê? O governo federal pode elevar os impostos sobre bens de consumo para compensar a alta de despesas como o reajuste nos benefícios do Bolsa Família, disse neste domingo o ministro da Fazenda, Guido Mantega, em entrevista ao jornal O Globo, afirmando que a meta de superávit primário é um compromisso 'irreversível'. A presidente Dilma Rousseff anunciou na semana passada a correção da tabela do Imposto de Renda, com impacto fiscal estimado em R\$5.300.000.000,00, e aumento de 10% nos benefícios do Bolsa Família. Mas Mantega - o ministro dela - afirmou que o gasto com a elevação do benefício não é expressiva e será compensada com o aumento da arrecadação ou redução de despesas."

Ou seja, não há planejamento, falta planejamento de gestão, e vocês, prefeitos e prefeitas de Minas e do Brasil, fiquem atentos porque precisamos renovar esse quadro, precisamos melhorar as demandas atendendo melhor à população brasileira. O caminho, sem dúvida alguma, chama-se Aécio Neves.

O deputado João Leite (em aparte)* - Deputado Rômulo Viegas, é mesmo preocupante a situação que nosso país está vivendo. Outro dia alguém perguntava o que o próximo presidente, se for Aécio, poderá fazer. Já sei, de cara, a primeira coisa: tenho a certeza de que ele não terá 39 ministérios. É muito caro, o PT é muito caro para o Brasil, com 39 ministérios. E o Banco do Brasil com 15 vice-presidentes?... E a Caixa com 15 vice-presidentes?... Que governo caro, que só investe no exterior, faz estrada na Bolívia, faz porto em Cuba!... E o ex-ministro Pimentel disse que só em 2027 poderemos saber quanto foi gasto em Cuba... Não temos o direito de saber... E Pasadena, que negócio foi esse?! Tenho a certeza de que o mais querido, Aécio Neves, como presidente, governará com 20 ministérios. Imagine-se o que é tirar um ministro, o secretário executivo, o superintendente de finanças, o superintendente da área afim daquele ministério, sobrando dinheiro para a saúde nos municípios, sobrando dinheiro para a segurança pública no País. O PT é um governo muito caro. Lembro-me do governo do Fernando Pimentel em Belo Horizonte, que tinha 63 secretarias. Eles acham que é isso. Nós temos um ministro da Pesca. Isso poderia ser feito com uma diretoria, mas tem um ministério com toda estrutura. V. Exa. diz muito bem: falta gestão. Isso não é gestão, é uma "indigestão" do PT à frente do governo brasileiro.

O deputado Rômulo Viegas* - Obrigado, deputado João Leite. Concluo porque há mais oradores inscritos.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, público presente nas galerias. Saúdo o nosso nobre vereador de Três Marias, Manoel Castelo Branco. Um abraço, Manoel, e muito obrigado pela presença.

Fica claro, pelo pronunciamento do colega que me antecedeu, que existe uma orquestração nacional da grande imprensa, da grande mídia, e a campanha eleitoral já foi antecipada e está a pleno vapor, iniciada pelos editoriais dos grandes veículos de comunicação. Aqui, o que acabamos de ver foi a demonstração cabal disso. Uma condução, uma linha bastante definida e muito bem costurada, articulada para bombardear o governo federal. E ao mesmo tempo vai isentando os outros governos estaduais, como o do PSDB daqui, que tem muitos problemas também.

Quero trazer uma informação, dirigindo-me à população de Paracatu, e anunciar que o nosso esforço junto com o prefeito municipal para equacionar, resolver uma questão histórica demandada pela cidade e região - a presença de um destacamento do Corpo de Bombeiros na cidade de Paracatu - está muito bem encaminhado. Neste ano, se Deus quiser e tudo correr bem, teremos a inauguração do Corpo de Bombeiros em Paracatu.

Isso é fundamental, por exemplo, para ativar os voos regionais, uma demanda concreta instalada há muito tempo, ainda sem atendimento. A cidade é patrimônio histórico nacional, com um barroco singelo. A cidade não tem a exuberância das principais cidades históricas de Minas, mas apresenta um núcleo barroco muito importante e muito bem preservado. Ademais, além da movimentação histórica e natural da BR-040, a duplicação dessa rodovia - um grande ganho para Minas Gerais, pois corta praticamente todo o Estado -, exigirá um corpo de bombeiros bem situado, como é o caso de Paracatu, para também dar cobertura à rodovia federal.

Nessa sexta-feira, recebemos em Paracatu, junto com o prefeito municipal Olavo Condé, a visita do Cel. Felipe Aidar. A turma de Uberlândia conhece muito bem o Corpo de Bombeiros de Uberlândia, que cuida da região toda, do Triângulo, do Alto Paranaíba e do Noroeste. O Cel. Felipe foi inspecionar uma área que estamos viabilizando junto ao Dnit, que já está com o patrimônio da União, a ser doada à prefeitura, que promoverá reformas e ampliações das instalações para acolher o Corpo de Bombeiros e o Samu. Estamos próximos de equacionar, do ponto de vista da infraestrutura, a sede do Corpo de Bombeiros.

Depois aguardaremos, deputado Rogério Correia, uma demanda minha, apresentada aqui desde o meu primeiro mandato. Em 1995, já cheguei trazendo uma das bandeiras da cidade, uma demanda histórica de Paracatu. O que se quer é que o governo do Estado disponibilize servidores para instalarem o Corpo de Bombeiros em Paracatu. Um grande grupo de bombeiros está sendo formado. A

informação que tenho é que vão concluir a etapa em setembro. Portanto, há tempo hábil ainda neste governo, neste ano, para que esses 42 bombeiros sejam disponibilizados para Paracatu, a fim de que possamos atender esse conjunto de demandas daquela região.

Queria, antes de passar a palavra para o nobre deputado Rogério Correia, aproveitando a presença do Manuel Castelo Branco aqui, falar do São Francisco. Ontem tivemos uma audiência pública da Cipe São Francisco, no Município de Arinos. Entre outras questões, discutimos a revitalização do São Francisco. Fui a uma comunidade do Município de São Francisco, já próxima de Januária, chamada Taboquinha da Tapera. É uma comunidade maravilhosa, com aquele modo de vida bastante particular das comunidades do interior de Minas Gerais e com uma cultura muito bem preservada. Encontramos lá vários músicos, violeiros de Minas Gerais, como Pereira da Viola, Joacir Ornelas e Wilson Dias. Eles estavam lá exatamente pela pujança, pelo valor da cultura e do trato com a viola naquela comunidade. Eles constroem viola, rabeca. Há os artesãos luthiers daquela região.

Ao passar o São Francisco, errei num primeiro momento. Fui pela rodovia normal, passando por Urucuia e Pintópolis, chegando ao Porto do São Francisco. Fui informado de que o posto estava interditado. Eles me indicaram um novo caminho, cerca de 3km abaixo, para o novo porto. O porto foi transferido de lugar por causa de um banco de areia. Voltaram para o porto antigo, para o porto velho, onde também já existe um banco de areia. A balsa tem de fazer uma curva enorme para chegar ao outro lado. Se continuar assim, daqui a pouco não será possível a travessia. Essa é a realidade do Rio São Francisco e de outros rios de Minas Gerais. Sabemos que o sistema de recursos hídricos do Estado de Minas Gerais não se preparou o suficiente para enfrentar essa realidade que estamos atravessando.

Os reservatórios estão em níveis muito baixos. A disponibilidade de água para abastecimento já está ameaçada em algumas cidades e em alguns municípios, sem contar com a agressão aberta, ostensiva que são os minerodutos, sobre os quais o nobre deputado já falou hoje desta tribuna. Temos uma audiência pública agendada na Comissão das Águas para o dia 2 de junho, e poderemos ver de perto essa situação, a partir de Salinas.

O deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Almir Paraca, gostaria de lhe agradecer a lembrança do dia 2 de junho. A ideia é tentarmos barrar, com a luta popular, esse mineroduto, que pretende tirar a água do Rio Jequitinhonha. V. Exa. já relatou o estado do Rio São Francisco, e o Rio Jequitinhonha não é diferente disso. Ele tem um volume de água menor. Imaginem retirar dele o equivalente a 1,8.

Montes Claros, toda hora, todo dia, toda semana e todo ano poderia estar sendo abastecida, mas a SAM Mineradora vai retirar 1,8 de água de uma cidade do porte de Montes Claros, e vai levar essa água para uma empresa particular minerar. Olhem o absurdo disso. Foi o que o governo do Estado assinou. Foi bom V. Exa. nos lembrar de que no dia 2 de junho haverá uma grande mobilização para impedir que se retirem as águas do Jequitinhonha através desse mineroduto. A Ferros já desistiu do mineroduto, e vamos fazer a SAM desistir também. Temos de dizer à SAM que isso é insano.

Deputado Almir Paraca, a outra questão, apenas comentando o que V. Exa. falou, diz respeito ao Corpo de Bombeiros. O senador Aécio Neves, quando governador, criou a malfadada taxa de incêndio, exatamente para que os bombeiros estivessem em todo o Estado de Minas Gerais, com todos os municípios que tem. Perguntamos: para onde foi o recurso da taxa de incêndio criada pelo senador Aécio Neves? A imprensa esconde isso. Ele criou essa taxa e aumentou os impostos. Temos o imposto de luz mais caro, que é o da Cemig. O aumento desse imposto também ocorreu no governo tucano, e isso é escondido pela mídia.

Vou entrar agora no assunto que V. Exa. começou, que é a orquestração anti-Dilma, e já conhecemos isso em Minas. Aqui, o senador Aécio Neves conseguiu a unidade das elites. As elites aqui são unidas em torno de um projeto, e esse projeto, evidentemente, é anti-povo. Querem transformar a eleição do Brasil nisso. Haverá o projeto das elites contra o projeto popular. Outro dia, o senador Aécio Neves se reuniu com os maiores empresários e banqueiros do País e lhes disse: "Tomarei medidas impopulares. Serei o melhor governo do Brasil". Ele disse isso para os banqueiros, para os industriais que estavam lá, para o grande capital financeiro. Ele dizia para eles que será o melhor presidente. Quais serão suas medidas impopulares, senador Aécio Neves? Sabemos quais são: reduzir o salário mínimo, o que já foi prometido; terminar, aos poucos, com o Bolsa Família e acabar com os projetos populares de créditos para os pequenos, como o Pronaf. Ele já acenou isso e já falou também que vai ser o presidente do agronegócio. Ele será contra, evidentemente, a reforma agrária, os agricultores familiares e os trabalhadores rurais.

Ele está unificando as elites, e aí vai a mídia elitista toda, para esquecer tudo de ruim que ele fez e o que ele é. Aqui em Minas sabemos disso, sabemos que isso é para pintar de ouro algo que é podre. É o que estamos assistindo. Para isso, a força da mídia e do dinheiro é fundamental. Essa é a farsa que o playboy das Alterosas, o senador de Minas que mora no Rio, está plantando pelo País afora. É obrigação nossa dizer isso, para que esse mal não aconteça aos outros. Cuidado, povo brasileiro. O Brasil já foi o País do desemprego, na época do Fernando Henrique e do projeto neoliberal. Eram usados os mesmos artifícios que atualmente o senador busca para si. Ele tenta acalmar os banqueiros e acenar para as elites, como se essa fosse a alternativa para ele fazer o Brasil retornar ao que já foi. Este país já teve muitas dificuldades, mas hoje ele é campeão em empregos.

Lula e Dilma incluíram na nossa sociedade e nas políticas sociais 2/3 dos brasileiros que estavam fora. Agora, as elites, junto com o senador, querem retirá-los. Eles não gostam de ver negros nas universidades, não gostam de ver pobre andando de ônibus, não gostam de ver aeroportos - que eles dizem parecer rodoviária -, não gostam de ver nordestinos nas praias, não gostam de povo incomodando. Eles acham que o Brasil é deles e que o povo mora aqui de favor.

Deputado Hely Tarquínio, isso é como era na época da escravidão. Eles são a casa-grande e não querem que a senzala os incomode. Assim é o projeto das elites. E o playboy virou o herói das elites. Ele agora é puro, reza e vai em São João del-Rei, carrega santuário. Esse é o playboy. Agora a imprensa esquece de tudo, pois ele tem de ser vestido de santo. Cuidado, povo brasileiro, vai ser de um lado as elites e, do outro, o povo. Por isso é que há essa orquestração, deputado Almir Paraca.

O deputado Almir Paraca* - Agradeço o pronunciamento do deputado Rogério Correia. Deputado, gostaria de aproveitar o momento para dizer a quem estiver nos acompanhando pela TV Assembleia que procure se informar. O debate eleitoral já foi efetivamente antecipado. Também estaremos sempre apresentando o contraditório. Mas o período eleitoral, a campanha, em si,



também será uma grande oportunidade para fazer uma comparação dos dois projetos: o que aconteceu no Brasil no tempo do governo Fernando Henrique Cardoso, no governo Lula e, agora, no governo Dilma.

É muito fácil perceber a evolução positiva de praticamente todos os indicadores sociais. Então, quem se detiver um pouquinho e dedicar a atenção para comparar, vai tirar uma conclusão e fazer a escolha correta para defender os interesses maiores do povo brasileiro, que é a continuidade do projeto democrático popular do Partido dos Trabalhadores e dos partidos aliados. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 5/5/2014, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Duílio de Castro

exonerando, a partir de 12/5/2014, Wesley da Silva Bento do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

exonerando, a partir de 12/5/2014, Wesley Ribeiro Ferreira Silva do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas;

nomeando Wesley da Silva Bento para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2014

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 65/2014

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 26/5/2014, às 10h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de pastas e envelopes.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 9 de maio de 2014.

Eduardo Vieira Moreira, diretor-geral.

TERMO DE ADITAMENTO – ADT 44/2014

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Salem Serviços Ltda. Objeto: prestação de serviço de transporte urbano de pequenas cargas e encomendas, por meio de quatro motocicletas equipadas com baú, incluída a mão de obra dos respectivos motociclistas. Objeto do aditamento: terceira prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: 12 meses, de 2/8/2014 a 1º/8/2015. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.